

## **Conhecimentos do território: as expedições de conquista e as classificações das nações indígenas nos rios Piracicaba e Doce (1765-1800)**

Adriano Toledo Paiva  
Professor Substituto do Departamento de História – UFMG  
Doutorando em História – UFMG  
Bolsista FAPEMIG / ICAM

### **Resumo:**

As expedições de conquista delineavam os avanços das fronteiras coloniais, a incorporação de novos espaços às rotas comerciais e produtivas, e o estabelecimento de entrepostos colonizatórios, sinalizando, por vezes, a implantação da ordem régia nos sertões. Avaliamos que as flotilhas e suas experiências compunham os procedimentos para o conhecimento do território e o ordenamento espacial sertanejo, assim como constituíram importantes mecanismos na classificação da população indígena. As malhas fluviais dos sertões desempenharam papel primordial na orientação espacial e exploração econômica das fronteiras. Neste sentido, o conhecimento do espaço e da população conquistada e a conquistar determinaram os mecanismos de configuração e disposição espacial das expedições processadas nos rios Piracicaba e Doce.

**Palavras-chave:** Conquista; etnificação; indígenas;

**Área temática do encontro:** História econômica e demografia histórica;

### **Classificando um espaço**

O coronel João da Silva Tavares produziu um minucioso relatório acerca dos procedimentos de mineração e descrição da cachoeira Alegre e Escura, traçando um roteiro descritivo dos veios e cursos d'água que sulcavam os sertões nas proximidades da barra do rio Doce e Piracicaba. (mapa I) O comandante também elaborou uma pequena memória administrativa da conquista do Cuieté (1775). A cachoeira Alegre foi repartida em 10340 datas minerais, sendo possível a instalação de roda de mineração, em virtude de suas grandiosas dimensões, e exploração no leito dos rios, por ser “tudo terra branda e com muita facilidade”. Não obstante, Tavares ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos mineradores no tempo de cheia dos rios e a presença de grandes lagoas, que “segundo os práticos, infeccionam o país com sezões”. As terras sertanejas poderiam apresentar a possibilidade do estabelecimento de plantações através da drenagem do solo.<sup>1</sup> Ao analisar os cursos e afluentes dos ribeiros do Cuieté, Tavares consultou “sacerdotes, pessoas de verdade e com experiência no país” que lhe asseguraram a extração de jornais de meia oitava e três quartos de ouro nos córregos designados por “O Cabelo” e São Gonçalo, localizados no Presídio, Maria Cumprida, Ribeirão do Bananal, Santo Estevão, Baltazar Rodrigues, Ribeirão do Prata, Surucucu, Santo Antônio e Furquilha. A exploração em “serviço de talhe aberto” da Barra do Cuieté ao Manhuaçú estendia-se por cinco léguas e

---

<sup>1</sup> APM. CC. Cx.: 48, Pl.: 30311, R.:515

rendia uma oitava e meia por semana. A barra da Ilha da Esperança, localidade considerada ideal para construção de uma guarda, possuía “boa faisqueira”. Embasado nos argumentos da “tradição dos antigos”, roteiros dos primeiros sertanistas de São Paulo, Tavares sinalizava para os rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno, Corrente, Santo Antônio, Tanque, rio do Peixe do Itambé e de “Goanhans” a possibilidade de angariar inúmeras riquezas.<sup>2</sup>

A malha fluvial dos sertões do rio Doce foi delineada por José Joaquim da Rocha, na obra *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*:

O Rio Doce, que tem o seu nascimento nas abas meridionais da Serra do Ouro Preto, banha a cidade de Mariana com o nome de Ribeirão do Carmo, e, ajudado das águas de alguns ribeiros, corre para o ocidente, recebendo em si outros muitos mais rios, se junta com o Piracicaba, dividindo ali a Comarca do Sabará, que fica ao setentrião; continuando o seu curso por entre os sertões do Cuieté, dividindo as Comarcas de Vila Rica e Serro Frio, já bastantemente soberbo com a recepção do rio Santo Antônio, Corrente, Suaçuí Pequeno, Suaçuí Grande, Cuieté, Manhauçu e Guandu, se perde no Atlântico Brasilico, como já se disse, fazendo uma barra muito proveitosa para os moradores da Capitania do Espírito Santo.<sup>3</sup>

Todavia, o gentio impunha sua resistência destruindo as plantações estabelecidas pelos conquistadores e os postos militares nos sertões, assim como, a natureza instituía os limites para os procedimentos de conquista. As conduções fluviais de gêneros eram perigosas, danificavam equipamentos bélicos e mantimentos; e, os rios caudalosos também causavam acidentes para os canoieiros. Os governadores da Capitania e os comandantes de distritos especificavam como indispensável a construção de estradas no aparelhamento da conquista na localidade. Na década de 70, a região contava com algumas picadas, certamente trilhas confeccionadas pelos índios e apossadas pelos conquistadores. A produção dos caminhos era efetuada por “homens mateiros e picadores bons”, com o assentamento de um presídio e estabelecimento de rocios e clareiras de cultivo para abastecimento de expedições. Os caminhos para o sertão do Cuieté partiram da Freguesia de São José da Barra até Abre Campo, rumando para os sertões do rio Matipó, vias alternativas de passagens eram encontradas de Ponte Nova à Freguesia de Guarapiranga. Do arraial de São Miguel, um caminho levava ao córrego de São João, continuando até o rio Doce, findando na barra do rio Bombaça e era importante acesso para os moradores de todo o termo da Vila Nova da Rainha (Caeté). Uma estrada ligava a cidade de Mariana até o rio da Prata, sendo de fácil acesso e passagem, mas era necessário alongar o seu percurso pelo rio Doce ao estabelecimento do Cuieté. Para a matéria de “penetrar aqueles sertões”, dilatando a extensão da capitania, “não faltam pessoas com pleno conhecimento, que dissessem o seu parecer com a disposição do melhor acerto” (1775).

O então sargento mor João da Silva Tavares recebeu a carta patente do

---

<sup>2</sup> APM. CC. Cx.: 48, Pl.: 30311, R.:515.

<sup>3</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p.160-161.

posto de coronel do primeiro regimento da cavalaria auxiliar do termo de Mariana, por falecimento de Antônio Gonçalves Torres<sup>4</sup>. Argumentou-se que Tavares possuía todos os requisitos necessários para a nova atribuição, em “virtude de sua distinta conduta” e pelos relevantes serviços na “laboriosa e difícil estrada e caminho” para a conquista do Cuieté (1767).<sup>5</sup> As diligências de construção da “nova estrada do Cuieté” contavam com a mão de obra dos presos que eram acompanhados pelos cabos da conquista.<sup>6</sup> José Pereira Fonseca relatou a situação dos vadios enviados aos sertões da freguesia de São Miguel ao capitão mor de Mariana, destacando a presença de “amotinadores, revoltosos, um crioulo e caboclos casados remexendo cascalhos”.<sup>7</sup> Fonseca enviou alguns homens do distrito de rio do Peixe às conquistas dos Arrepiados e Abre Campo (1784), caracterizando alguns de seus atributos para a penalidade de um ano de degredo: “João Francisco, pardo revoltoso, inquietava os seus vizinhos, valentão, relaxado em vícios, desobediente aos pais e descortês a toda qualidade de pessoa”; “Luiz Pinto, homem branco desobediente aos pais, muito relaxado em vícios, valentão sem ofício”; “Calisto Correia da Silva, caboclo valentão, vadio sem domicílio e desinquietando os povos”. Nesta mesma remessa, três indivíduos de qualidade mestiça foram indicados a seis meses de degredo por “não se sujeitarem ao trabalho” e por “não portarem ter um ofício”.<sup>8</sup>

Tavares e os “práticos dos sertões” empenhavam-se no mapeamento e no conhecimento do território no qual singrava o rio Doce por intermédio de pesquisas de navegação. Em 1780, o coronel aguardava no arraial de Antônio Dias notícias das canoas que desciam o rio no sentido do Cuieté, conduzindo um mineiro do Serro Frio com suas cargas, negros e outras pessoas.<sup>9</sup> Designado como coronel regente do Cuieté, João da Silva Tavares pagou aos contratadores dos dízimos 45 oitavas e meia de ouro em suas propriedades na conquista (1784).<sup>10</sup> Da mesma maneira, o alferes Antônio Ferreira dos Santos, morador em “Antônio Dias abaixo” pagou pela sua produção um pouco mais de 32 oitavas.<sup>11</sup> Estabelecido nos sertões do Cuieté, João da Silva Tavares remetia ao governo da capitania notícias sobre a construção de estradas e relatava as constantes perseguições aos grupos indígenas, que sendo seguidos em uma expedição por oito dias, fugiram para os matos e mataram somente três indivíduos. Alguns dias após o descanso da flotilha, todos os indígenas foram reunidos e divididos em “malocas”, iniciando o plantio de

---

<sup>4</sup> Antônio Gonçalves Torres recebeu a confirmação de sua posse de terras no córrego do Caeté ou Quilombo Velho, em Vila do Carmo (Mariana), no ano de 1736. CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*, p.28.

<sup>5</sup> AHCMM. L. 573: 150-150v.

<sup>6</sup> APM, CC. Cx. 147, Pl.:21382. R.:544 A.

<sup>7</sup> APM. CC. Cx.: 93, Pl.: 20350, R.:529.

<sup>8</sup> APM. CC. Cx.: 156, Pl.: 21565, R.: 547.

<sup>9</sup> APM. CC. Cx.: 147, Pl.: 21386, R.: 544.

<sup>10</sup> Na abordagem da formação regional da designada “Zona da Mata Mineira”, o geógrafo Patrício Carneiro avaliou os registros de dízimos coletados na freguesia do Cuieté (1784) encontrando 29 lavradores avençados. Aproximadamente 59% desses indivíduos pagaram um valor maior e/ou igual 9\$600 réis, mas, em contrapartida, 41% dos tarifados respondeu pela maior parte do montante total do tributo (75%). Consulte-se: CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia – IGC-UFMG, Belo Horizonte, 2008, p. 136-137.

<sup>11</sup> AN. R.47, Cx.: 46, Cód.: 0678, Fot.: 0533.

rocios. Nos subúrbios do arraial, Tavares mencionou o batizado de 13 crianças, estabelecendo os procedimentos de catequese dos adultos; a “rapaziada em boa aptidão para a doutrina” era dotada de vestuários e “tratada com amor”, ainda que se castigassem alguns, “porque nada se faz sem temor e respeito daquela qualidade”.<sup>12</sup>

A instituição de entrepostos militares nos sertões do rio Doce promoveu intensas explorações, o mapeamento e o conhecimento dos sertões. A instalação deste aparato político-administrativo era importante mecanismo para os empreendimentos colonizatórios, mas as ações de resistência encetadas pelas comunidades indígenas impunham limites à conquista deste espaço. Desde as incursões mais incisivas do governo da capitania aos sertões do rio Piracicaba, na década de 1760, a região tornou-se minada pelos confrontos de diversas populações indígenas que palmilhavam os sertões. Em idos de 1784, José Rodrigues da Silva relatou que “os índios chamados Botocudos” tomaram a ponte do rio Doce, destruindo-a e ateando fogo em tudo construído no entreposto, queimando todas as armas e madeiras, apropriando-se dos gêneros alimentícios e ferramentas armazenados nos galpões.<sup>13</sup>

Essa imagem de um sertão eivado por inúmeros conflitos é a base da representação cartográfica projetada por José Joaquim da Rocha para os sertões do rio Doce (1798). (mapa I) A conquista e o conhecimento do território estavam intimamente relacionados aos avanços bélicos sobre os espaços ocupados pelos índios, especialmente os genericamente designados por “Botocudo”. O coronel Tavares, ao traçar os apontamentos descritivos para conquista espacial ao governo da capitania, caracterizou o “gentio botocado” como indivíduos “de corso e de rapina, sem domicílio certo”, que possuíam como “principal manjar [...] as criaturas racionais, a cujo fim procuravam matar para comer, contra o direito natural das gentes”.<sup>14</sup> Todavia, o conhecimento territorial dos sertões por parte dos conquistadores envolvia e promovia uma classificação e identificação espacial e de sua população, delimitando os indivíduos aliados e os que deveriam ser acossados do espaço a ser conquistado. Outrossim, Tavares retoma toda a trajetória da conquista nos sertões do rio Doce concedendo ao “botocado” vinculação com o que designou por “três diabólicos sistemas”, configurados pelo “matar, morrer ou fugir, sem nenhuma sorte se entregar”. Os índios não classificados pelos conquistadores sob o epíteto de “Botocudos” eram caracterizados por “aceitarem o cristianismo e abraçar os dogmas da fé”, “não desprezando a paz”. Ancorado na experiência da conquista, Tavares asseverou que os Botocudos sempre viveram nas “cabeceiras do rio Jequitinhonha e pancada do mar”, mas que migravam para o rio Doce ao sertão do Cuieté em sua seção encachoeirada, denominada por “Escadinhas”. (mapa I) O coronel salientou que essa transferência populacional tem sido constante no intercurso de uma década, estendendo-se pelos vales do rio Sacramento, Matipó e Casca, atingindo o ribeirão de Santa Rita. As migrações dos Botocudos desencadeavam o confronto com as diferentes comunidades estabelecidas naqueles sertões, destruindo os núcleos populacionais e aldeamentos configurados pelo poder colonial. No limiar da escritura do documento que analisamos, Tavares relata que os Botocudos “mataram e comeram indivíduos de uma pequena aldeia”,

---

<sup>12</sup> APM. CC. Cx.: 32, Pl.:10640, R.: 510.

<sup>13</sup> APM. CC. Cx.: 34, Pl.: 30038, R.:511.

<sup>14</sup> APM. CC. Cx.: 48, Pl.:30311, R.:515.

considerando esse fator como característico da “maldade destas feras selvagens”.

A elaboração discursiva de Tavares ressaltava que o gentio procedia com mortes, roubos e comia carne humana no percurso de apenas dezessete léguas da capital, Vila Rica, portanto, considerava-o uma ameaça a população reunida nos centros administrativos da capitania. Nas terras sertanejas, os conquistadores abandonavam suas propriedades em virtude das constantes ameaças de ataques dos Botocudos. Os recursos técnicos e bélicos manipulados pelo comandante do Cuieté poderiam oscilar entre a defesa da conquista ou confronto direto e ofensivo com a população indígena. A designada “guerra defensiva” não promoveria a “dilatação dos domínios da capitania”, mas conservaria o presídio do Cuieté. Tavares considerava a “guerra ofensiva” como a melhor opção para rebater “semelhantes monstros, sem a qual se não pode fazer a conquista”. Na execução destas investidas militares recomendava-se bom tratamento aos pequenos índios e “aos adultos todo o rigor do castigo”, “porque suas maldades os incriminavam”.<sup>15</sup>

Consideramos as informações contidas no mapa elaborado por José Joaquim da Rocha (mapa I), como uma sistematização de dados dos procedimentos da conquista espacial encetada nos sertões de Vila Rica. As flotilhas de conquista partiram da região do rio Galacho do Norte e do sul, nas imediações das antigas “fazendas que foram de Matias Barbosa”<sup>16</sup> (mapa I), irradiando-se das freguesias de antigo estabelecimento, tais como: Santa Bárbara, Catas Altas, Furquim e Inficionado, para os sertões. Conforme sinaliza Júnia F.Furtado, as ausências e os esquecimentos na elaboração de uma representação cartográfica podem ser importantes elementos analíticos. Na carta de Rocha não verificamos qualquer menção aos pequenos riachos e rios que desembocam no rio Guarapiranga, a freguesia de rio Pomba (fundada em 1767) e o curso desta importante via fluvial do Paraíba não foram se quer sinalizados. No tocante a porção sertaneja dos rios Pomba e Turvo, o autor pontuou a desembocadura do rio Paraíba, destacando São Fidélis com a descrição “Aldeia de índios domesticados pelos Barbadinos” (mapa I). Rocha preocupou-se em mapear as zonas de confluência e irradiação do rio Doce contíguas à região do nascente e na seção da seção do Presídio do Cuieté. O cartógrafo arrola e pesquisa informações espaciais, dados históricos e populacionais para delimitar espacialmente os sertões da comarca de Vila Rica.

A porção correspondente ao termo da Vila do Príncipe possui pouco detalhamento na sua representação espacial, sendo demarcadas somente as capelas de Bom Sucesso e o arraial da Peçanha. Os pontos sinalizados adquirem importância na história da conquista dos sertões mineiros com os deslocamentos colonizatórios e da população indígena do Cuieté, nos anos de 1780. Rocha convergiu sua problemática de execução cartográfica para o recorte dos rios que singram e confluem no rio Doce, evidenciando a presença de rios navegáveis como o “rio Cuyaté Navegável”, Tambacurí, “rio Suasuí,

---

<sup>15</sup> APM. CC. Cx.: 48, Pl.: 30311, R.:515.

<sup>16</sup> A concessão do título de posse de terras de Matias Barbosa data de 1716, na freguesia do Furquim. Morador em Vila Rica, Matias Barbosa da Silva recebeu registro de uma propriedade de terras na Barra do rio Gualacho do Norte, freguesia de São José da Barra Longa. Cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX*, p.26, 28.

navegável até a porção de uma cachoeira”.

O geógrafo Antônio Gilberto Costa avalia a cartografia dos sertões das Minas como um procedimento de classificação e decodificação espacial no reconhecimento do território, maquinando uma representação da conquista espacial e traçando importantes reflexões sobre a percepção do espaço. Todavia, a carta elaborada por José Joaquim da Rocha para os sertões do rio Doce (1798) conjuga informações da documentação coeva da Secretaria de Governo da Capitania (depositada no APM), reflete e historiciza ações político-administrativas dos governadores, e reúne informações da tradição sertanista, roteiros e caminhos difundidos oralmente.<sup>17</sup> Quando analisamos a representação cartográfica dos sertões dos rios Piracicaba e Doce com o objetivo de problematizar os seus procedimentos de conquista, vislumbramos a conversão e/ou transmissão de dados em códigos, por intermédio da apropriação de diferentes tradições e de procedimentos de reconhecimento territorial e de sua população.

Os conhecimentos acumulados pelos sertanistas paulistas precursores da conquista das Minas figuram na carta de Rocha, com a retomada dos roteiros de descoberta das “Minas do Abre Campo”, nas imediações do lendário rio da Casca. Os “aranzéis” dos desbravadores nortearam as investidas nos sertões da Serra dos Arrepiados (atual serra do Brigadeiro) (década de 80), especialmente pelas incursões ao longo do rio Guarapiranga, designado por Rocha como navegável. Essa seção propícia ao transporte fluvial era a porção de importantes estabelecimentos sertanistas, localidade designado por Tapera, também conhecida por Porto Firme (mapa I). José Joaquim da Rocha enunciou informações muito preciosas em sua representação cartográfica sobre o rio Doce e sua população, afirmando “que todos esses sertões são de matos gerais sem mistura alguma de campo” e “povoado por gentios de diferentes nações”. (mapa I) O engenheiro militar também procedeu com classificações dos agrupamentos indígenas, reproduzido as indicações da experiência colonial para designar os Botocudos: “Sertão vadeado pelo bárbaro buticudo, que anda sempre volante fazendo hostilidades não só as outras nações índios, mas também aos moradores nas fazendas vizinhas a esses sertões”. (mapa I)

Júnia Furtado estabelece importantes norteamentos metodológicos ao sugerir a comparação entre as cartas produzidas por Rocha e sua “memória”, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*.<sup>18</sup> Destarte, o diálogo entre a carta de 1798 com as memórias revelam aspectos bastante intrigantes para o estudo dos procedimentos de conquista dos sertões da comarca de Vila Rica; mas especificamente no entreposto do Cuieté. Rocha retomou dados documentais, tradição e da memória dos procedimentos iniciais da conquista das Minas (relatos de Cláudio Manoel da Costa e Bento Fernandes Furtado) para fundamentar sua análise sobre a história das Minas e para narrar os procedimentos de conquista dos sertões do rio Doce. O memorialista salientou

---

<sup>17</sup> COSTA, A. G. (Org.); BUENO, B. P. S. (Org.); SANTOS, M. M. D. (Org.); GUEDES, M. J. (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. 1ª.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. 1, p.116-117, p. 83. Conferir também: COSTA, Antônio Gilberto. “Os mapas de José Joaquim da Rocha”. In: COSTA, Antônio Gilberto *et al. Cartografia da conquista das minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

<sup>18</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 155-187. jul.- dez. 2009.

as dificuldades e envolvimento dos governadores no estabelecimento da povoação do Cuieté e no combate às “nações indígenas”, que ficavam especificamente a “meio dia das margens do rio Doce, em distância de cinco léguas”.<sup>19</sup> Na análise de Rocha apreendemos um aspecto interessante, pois abordou os sertões da comarca de Vila Rica, afluentes do rio Doce, como fulcro de incursão inicial dos desbravadores paulistas e ponto norteador das políticas colonizatórias da capitania com a escassez das jazidas auríferas. A aldeia do gentio designada por “Casa da Casca” figura como marco das expansões territoriais dos paulistas, com a ação da comitiva de Antônio Rodrigues Arzão (1693) e com a continuidade da ação de descobrimento com o cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira.<sup>20</sup> Rocha estabeleceu uma coerência entre as ações paulistas de descoberta no Ribeirão do Carmo, conectando o roteiro de Itaverava, a lendária serra resplandecente (região do Rio das Velhas), às armações de apresamento de indígenas nos sertões do Cuieté; inclusive consorciou expedicionários da Vila de Taubaté aos naturais de São Paulo. No estabelecimento destas conexões entre as diferentes frentes exploradoras dos sertões e elaboração da história da capitania, a coligação do capitão mor Manoel Garcia Velho com o taubateano Carlos Pedroso da Silveira sinaliza o limiar dos investimentos conquistadores e migratórios de São Paulo para a região das Minas do Ouro.

Os conflitos transcorridos com o gentio Botocudo e Puri nas expedições de conquista do mestre de campo João da Silva Gomes, que procedia com constantes diligências nos sertões do rio São Mateus, termo da Vila do Príncipe, são retomados por Rocha para avaliar as riquezas dos sertões desde o alvorecer das Minas e os limites de expansão territorial impostos pela população nativa.<sup>21</sup> Podemos apreender na estratégia discursiva da memória e na estruturação da política e administração da Capitania das Minas uma retomada da tradição e práticas de conquista encetadas pelos sertanistas de São Paulo com o objetivo de reduzir ao “grêmio da Igreja” “o bárbaro gentio dos botocudos, que é dominante naqueles sertões, onde também habitam outras mais variadas nações de gentios”.<sup>22</sup> Outrossim, o coronel Tavares também produziu uma pequena memória sobre a conquista dos sertões, destacando os procedimentos iniciais de instalação do curato com o governador Lobo da Silva e Conde de Valadares. O coronel caracterizou as ações dos primeiros exploradores pelo desespero na conformação dos meios para a condução da colonização, estabelecendo os preparativos nas entradas do mato, com as munições e os víveres precisos. Em seu entender, os envolvidos na conquista “disputavam jurisdições”, “todos queriam governar e mandar independentemente uns dos outros e do regente”.<sup>23</sup> Para os anos de 1770, Tavares ressaltou a ineficiência da administração do reverendo Domingos da Silva Xavier, irmão de Joaquim José da Silva Xavier, sob a alcunha Tiradentes, desencadeando o decréscimo populacional do aldeamento. O coronel traçou comentários elogiosos à administração da esfera secular, caracterizando o capitão regente Paulo Mendes Ferreira Campelo pelo “gênio brando, prudente e dadivoso”, “bem aceito pelos moradores e índios aldeados”. Contudo, a

---

<sup>19</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 77-78.

<sup>20</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*, p.78.

<sup>21</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*, p.132-133.

<sup>22</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*, p.133.

<sup>23</sup> APM. CC. Cx.: 48, Pl.:30311, R.:515.

administração de Campelo não foi tão eficaz em virtude das necessidades sempre constantes das “conveniências de sua casa”.<sup>24</sup>

O governador Lobo da Silva encampou os procedimentos iniciais de configuração de uma estrada que interligaria os sertões do Cuieté e Abre Campo até a freguesia de Inficionado, e, portanto, as áreas centrais da administração da Capitania. Na representação cartográfica da Comarca de Vila Rica efetuada por José Joaquim da Rocha (1775), o caminho para as conquistas do Cuieté encontrava-se detalhadamente desenhado.<sup>25</sup> Ao tratar da memória do governo da Capitania de Minas Gerais, o memorialista empreendeu comentários elogiosos ao governo Lobo da Silva, que “se ocupava na conservação e aumento dos interesses régios, mas também dos vassalos”; “cuidando das conquistas do gentio, fazendo todo esforço para reduzi-los ao grêmio da Igreja, não só aqueles que habitavam os sertões do Cuieté, mas ainda os de rio Pomba”. (Rocha,1995:153) No anexo da *Memória*, publicada pela Fundação João Pinheiro, consta o relato da viagem efetuada por D. Rodrigo José de Meneses aos sertões do Cuieté (1781). O engenheiro militar também mencionou as expedições do governador Noronha à conquista do Cuieté, mandando abrir um caminho com um pouco mais de 30 léguas para a povoação e afixando editais para ocupação de terras e exploração de ouro (1779).<sup>26</sup>

Após as diligências na serra da Mantiqueira, Dom Rodrigo José de Meneses seguiu em expedição para os sertões da Casa da Casca, serra dos Arrepiados e Cuieté, distantes de Vila Rica em média 60 léguas. O governador relatou que a região era “acometida pelo gentio Boticudo [...] antropófago, que somente seriam combatidos por um “grande número de gentios armados para rebater as suas forças”. Meneses solicitava ao comandante Tavares informações sobre as extrações minerais da região, assinalando explorações de pequeno porte no arraial de Maria Cumprida, e promissoras faisqueiras nas chamadas Escadinhas. O governador ordenou que o regente do distrito efetuasse uma “bandeira para um sertão desconhecido”, no qual ansiavam encontrar abundância de ouro. A reunião dos comandantes do corpo de ordenanças da localidade assegurou que as lavras renderiam “três quartos por semana, novecentos réis por escravo”. Para encampar os seus projetos políticos, o governador desejava “encaminhar um bom número de vadios, que abundam na capitania”, reunindo-os em companhias de cinquenta homens governados por um capataz para explorações e entradas nos sertões.<sup>27</sup>

A pequena memória elaborada por Tavares acerca dos procedimentos de conquista revela aspectos relacionais com o período que gerenciou a administração dos sertões do Cuieté. No limiar de 1780, o coronel enfrentava problemas jurisdicionais com o pároco designado para a conquista e dificuldades para reunião dos índios evadidos e dispersos das aldeias de Bom Sucesso e do Cuieté. O vigário José Bento da Silveira foi responsabilizado pelo decréscimo populacional dos aldeamentos de sua direção, em virtude da transferência da sede paroquial dos sertões do Cuieté à capela de Bom Sucesso, na qual possuía propriedades de terras, levando consigo todas as

---

<sup>24</sup> APM. CC. Cx.: 48, Pl.: 30311. R.:515.

<sup>25</sup> APM. 076 – 1775.

<sup>26</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*, p.158.

<sup>27</sup> AHU. Cx.: 117, Doc.: 87.



alfaias, paramentos, livros de assentos e peças sacras de sua igreja.<sup>28</sup> Sem sombras de dúvidas, as principais contendas apresentadas pelos moradores e comandantes dos distritos consistiam no emprego da mão de obra indígena nos serviços da casa do Padre Silveira. De fato, as lideranças da localidade queixavam-se dos constantes abusos de poder do pároco, que era temido pelos aldeados e expedia constantemente cartas de excomunhão aos que se intrometessem nos seus “negócios de conquista”. Em suma, nos sertões do Cuieté, pároco, capitães de distritos e soldados brigavam constantemente pela tutela dos indígenas. O padre Silveira, descendente de um dos taubateanos considerados descobridores das minas no Rio das Velhas, o mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, “prático” no trabalho de conquista e catequese indígena foi designado por Dom Antônio de Noronha para reunir em aldeamentos os índios Manachós evadidos das margens do Suaçuí Pequeno pelas perseguições do “gentio Boticudo”. Em 1777, Silveira narrava que o terreno da povoação era “doentio e estéril”, contando com “pouca despesa da fazenda Real” no estabelecimento da conquista.<sup>29</sup> Como justificativa para o abandono populacional das conquistas nos anos de 1780, o padre acusava os soldados da tropa paga de acorrentar e capturar índios para o presídio do Cuieté, ateando fogo em suas aldeias.

João da Silva Tavares ressaltou em todos os seus documentos a imprudência do vigário José Bento da Silveira, que permaneceu na conquista somente dois meses transferindo-se para o Descoberto da Peçanha do Bom Sucesso com algumas dezenas de casais de índios. O relato do comandante do distrito, Antônio José Correia, descreveu “o estado miserável que se encontravam 20 ou 12 casais de índios provenientes do rio Suaçuí Pequeno”, que não possuíam quem os dirigissem, “vivendo além da natureza e com bastante prejuízo do bem comum dos moradores das terras”, pois os índios destroem todas as plantas e criações (1780).<sup>30</sup> Os comandantes narravam que nos tempos do governo de Lobo Silva, com o provimento do Reverendo Gonçalo Vieira de Queirós, as ações de conquista não conseguiram doutrinar e aldear os índios das proximidades do rio Suaçuí. Destarte, as investidas diretivas dos postos de guardamorias da Vila do Príncipe sinalizavam a necessidade de conquista dos índios de rio Vermelho com o objetivo de rebater os constantes e ofensivos ataques dos “boticudos”. A representação cartográfica empregada por Rocha sinaliza esse aspecto intrigante na trajetória das conquistas nas quais nos debruçamos, portanto, corroborando a documentação coeva do período. Destaca o cartógrafo para os sertões do Rio Suaçuí Grande e Tambacurí, Comarca do Serro Frio:

Sertão habitado por diferentes nações de índios, que muitas vezes tem pedido Padre para instruí-los nos dogmas da fé; e os Malalis ofereceram em 1782, na presença do autor deste mapa, 6000 arcos para conquistar o bárbaro gentio boticudo devorador da humana carne. (mapa I)

Rocha especifica a possibilidade de aliança com os Malalis e seus 6000 arcos para o combate aos Botocudos. (mapa I) Neste sentido, tornava-se necessário a redução dos indivíduos em um aldeamento dirigido por um eclesiástico. Nos anos de 1780 encetou-se a discussão da transferência dos

---

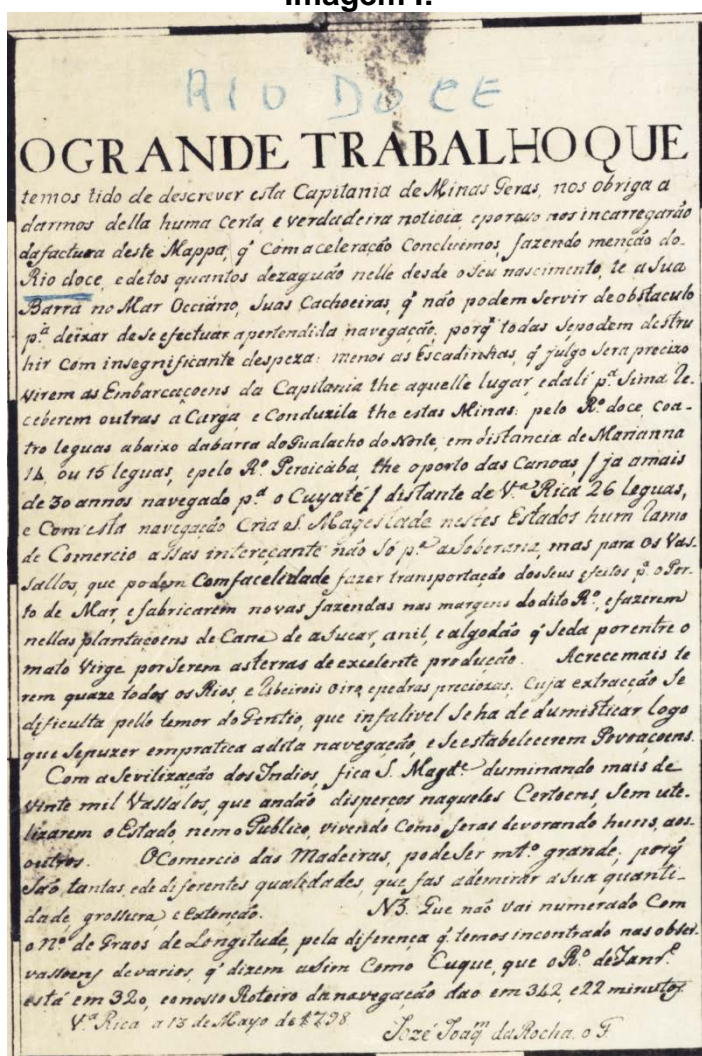
<sup>28</sup> APM. CC. Cx.: 147, Pl.: 21391, R.:544 A.

<sup>29</sup> APM. CC. Cx.: 147, Pl.: 21391, R.:544 A.

<sup>30</sup> APM. CC. Cx.: 147, Pl.: 21391. R.:544 A.

índios aldeados na Barra do Suaçuí para o Peçanha, sob o comando do Regente e administração do Vigário do Cuieté. No dístico da “*Planta do Rio Doce: Vila Rica a 13 de maio de 1798*” (imagem I), Rocha ressalta que “o grande trabalho [...] de descrever esta capitania de Minas Gerais, nos obriga a darmos dela certa e verdadeira notícia e por isso nos encarregaram da factura deste mapa”. O cartógrafo relata os projetos de navegação no rio Doce, demarcando os obstáculos para o seu empreendimento como as cachoeiras, e, sugerindo a transferência dos gêneros de um barco a outro na seção das escadinhas. Em seu entender, a navegação seria o método “infalível” para “domesticar o gentio” e extração de ouro e pedras preciosas dos rios e ribeiros. Rocha ressaltou que os sertões eram povoados por mais de 20 mil vassallos “dispersos naqueles sertões sem utilidade ao Estado, nem ao público, vivendo como feras devorando uns aos outros”.<sup>31</sup>

Imagem I:



Fonte: APM – SI 007 (05).

A representação espacial elaborada por Rocha sinaliza uma cadeia montanhosa designada por Serra Alegre, que consorciada pelo limiar da desembocadura do rio Piracicaba no Doce, estabelecia um limite para as migrações territoriais indígenas, acossados pelas populações estabelecidas

<sup>31</sup> APM. SI 007 - 05.

nos antigos núcleos coloniais e na freguesia de São Miguel. (mapa I) As investidas de conquista delimitavam não somente as fronteiras e os espaços geográficos incorporados, mas classificavam as diferentes populações indígenas, configurando determinadas “qualidades sociais”; identificando os índios aldeados e os dispersos pelos sertões; diferenciações primordiais para o desenho de aliados e inimigos. O engenheiro militar estabeleceu diferenciações entre o gentio designado por Botocudo e o Puri, asseverando que o segundo grupo não se envolvia em práticas de canibalismo, conforme enunciado em seu mapa: “Sertão dominado pelo bravo gentio Puri, porém não se nutre de carne humana”. (mapa I)

O padre mestre de ler do Descoberto da Peçanha, João Pedro de Almeida, escreveu uma missiva ao senado da Vila do Príncipe, cujo traslado seria enviada ao governador Visconde de Barbacena. O sacerdote estava convencido pelos argumentos de Lucas de Freitas, paulista pioneiro nas incursões de desbravamento do Serro Frio, por alguns índios que a “serra das esmeraldas” não poderia ser encontrada. Em seu entender, os constantes riscos associados à gentilidade, as asperezas e acidentes do relevo e as seções encachoeiradas dos rios, dificultavam o estabelecimento de domicílios e extração de ouro, desencadeando o despovoamento da região. Os administradores e autoridades do poder colonial temiam a evasão das “nações dos índios Monhoxós, Panhames, os Malalis”, “os primeiros habitantes”, em virtude dos constantes movimentos territoriais migratórios encetados pela “nação mais bárbara que há neste Novo Mundo”, os Botocudos. O Padre Almeida sinaliza em sua carta a transferência de índios “Maconins, Capoxés e Machacalizes” para as áreas limítrofes ao Descoberto. Os índios descritos pelo sacerdote eram aliados aos procedimentos de conquista. Por exemplificação, os Monhoxós aldeados pelas expedições processadas sob a chancela do governador Dom Antônio de Noronha foram frequentemente empregados na guerra contra os Botocudos por serem “pedestres práticos”. Deste modo, o sacerdote enuncia a imperiosa necessidade de manutenção e proteção da redução dos índios aliados e uma investida eficaz contra os Botocudos que promoviam diminuição dos dízimos, quintos e subsídios coletados naquelas paragens. No ano de 1792 os índios promoveram constantes ataques<sup>32</sup> a mineradores e roubaram os ferros da roda de mineração de uma propriedade.

As recorrentes investidas de conquista nos sertões do rio Doce para o estabelecimento de unidades domésticas e produtivas tiveram como entraves a população indígena confinada em um limitado espaço vital e migratório, pois se circunscreveram na porção nordeste das Minas, nas divisas da capitania do Rio de Janeiro e os contrafortes do Espírito Santo. Os grupos indígenas tiveram que conviver com as perdas territoriais decorrentes do avanço da conquista dos sertanistas da Comarca de Vila Rica sobre os seus domínios. Em mapa populacional elaborado em 1828, os sertões situados ao leste e sudeste das Minas eram povoados por mais de cinco mil indígenas: 1000 Coropós e Coroados nas paróquias do Presídio (criada em 1810) e Rio Pomba; 200 a 300 Naknuques em Ramalhete; 300 a 400 em Entre Barras; 500 Puris no Rio Pardo e Paraíba; 400 em Meia Pataca; 1000 em Manoel Burgo; 600 em São Pedro do Rio Preto; 800 em Abre Campo. O mapa populacional realizado por Marlière (1828) sinaliza Malalis no Ribeirão do Félix e Jequitinhonha, Maconis em Minas

---

<sup>32</sup> RAPM. A.: 01, fasc.: 04, 1896: 781-782.

Novas e Alto dos Bois, Botocudos em Petersdorff, Bananal Grande, Lorena, Cuieté e sua barra e Naknenucks em Laranjeiras, Quartel de Dom Manoel, Rio de Santo Antônio e Jequitinhonha.<sup>33</sup>

### **Inimigos e aliados: processos de etnificação**

Por intermédio da representação cartográfica esboçada por Rocha e as memórias elaboradas pelo comandante do Cuieté, Tavares, sinalizamos os processos de classificação da população indígena, designado pelos estudiosos sob a terminologia “etnificação”. Segundo Guillaume Boccara, a preocupação da imposição de identidades fixas os índios em nações e, “*período colonial*”, etnias, “*período republicano*”, revela a vontade das autoridades de circunscrevê-los no espaço e tempo específicos, em categorias sociopolíticas, entidades concebidas como culturalmente homogêneas. Os etnônimos, designações dos agrupamentos indígenas por “nações”, não podem ser pensados de maneira estática, pois foram elaborados na trajetória da sociedade colonial e nomearam culturas em constante transformação. Quando avaliamos o termo nação ou aldeia nos documentos coloniais não podemos aceitar a delimitação precisa desses agrupamentos, como se configurassem unidades políticas e territoriais, tampouco, podemos cogitar o isolamento e autosuficiência destes índios. Os termos “tribo” e “aldeia” trazem em seu bojo elementos da ação colonial, pois decorrem dos processos de reunião dos indígenas em nações. Todavia, os indígenas não se reconheciam como indivíduos pertencentes a uma determinada nação, não somente identificavam os integrantes de suas respectivas aldeias.

Os recentes estudos de etnohistória enfatizam a capacidade de adaptação e de criação das sociedades indígenas, enfocando a possibilidade de novas configurações sociais sob os processos de etnificação e etnocídio da conquista, assim como a incorporação de elementos estranhos a sua cultura.<sup>34</sup> (Boccara, 2003:72) Para John Manuel Monteiro, em meio às classificações étnicas dos tempos de conquistas, as quais se denominam tribalização e etnificação, engastou-se um processo que não representou somente a subjugação dos índios a outrem, mas configurou a formação de novas identidades, designado por etnogênese.<sup>35</sup> O pesquisador verifica que os etnônimos refletiram os ideais de controle e assimilação das populações conquistadas. Contudo, o pesquisador argumenta que esta tentativa de diluição das diversidades étnicas representou importante referência para as populações indígenas, com o construir de suas novas identidades. Esta identificação se dissociou das suas origens pré-coloniais e foi cunhada no cotejar das mais diferentes qualidades sociais, como os escravos e indivíduos com esta descendência.<sup>36</sup> Em suma, o processo de etnogênese constitui uma

---

<sup>33</sup>RAPM. A.: XII, 1907: 498.

<sup>34</sup> Cf. BOCCARA, Guillaume. “Rethinking the Margins/Thinking from the Margins: Culture, Power, and Place on the Frontiers of the New World”. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*. n. 10, 2003, p. 72. BOCCARA, Guillaume. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 1 - 2001, mis en ligne le 8 février 2005, référence du 28 septembre 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document426.html>>.

<sup>35</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas, 2001, p.57-59.

<sup>36</sup> MONTEIRO, John Manuel. “Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História”. In: AGUIAR, Odílio Alves (Org.). *Olhares Contemporâneos – Cenas do mundo em*

reconfiguração cultural e identitária dos indivíduos ou de uma comunidade perante processos endógenos e exógenos a estes. A etnogênese entre os índios ocorre por elementos informados pelas suas cosmologias ou pela realidade colonial.<sup>37</sup> Nos aldeamentos concentravam-se diferentes grupos políticos e étnicos; reunidos sobre a designação de cristãos, aldeados e aliados, os indígenas reordenavam sua percepção espacial, social, política e de poder.<sup>38</sup>

Destarte, os conquistadores possuíam grandes dificuldades para classificação e tribalização dos grupos conquistados, conforme observamos nas informações coligidas por Tavares e no mapa de Rocha sobre os sertões do rio Doce. Deste modo, o poder colonial acentuou a coerência cultural e concepções sociopolíticas dos grupos indígenas. Os processos de tribalização, decorrentes da conquista militar por parte do governo da Capitania e da ação dos sertanistas, demarcavam agrupamentos e qualidades sociais de indivíduos, assim como simbolizavam a supremacia dos declarados “civilizados” e a sujeição dos povos nativos. As concessões de títulos de nação às comunidades não podem ser tomadas como um reflexo da realidade colonial, pois representavam uma determinada interpretação destes sujeitos sobre os processos de conquista. Seguindo os instigantes apontamentos teóricos de Maria Regina Celestino de Almeida, devemos problematizar como as identificações de índios, aldeados, mestiços foram construídas, analisadas, usadas e apropriadas pelos vários agentes envolvidos nas dinâmicas históricas estudadas.<sup>39</sup> Neste momento, nossa preocupação incide na interpretação das diferentes nuances impressas pelos elaboradores destas classificações indetentárias, assim como mapear os entendimentos e interpretações do

---

*discussão na Universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p.142.

<sup>37</sup> BOCCARA, Guillaume. “El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujecion en la frontera sur de Chile en la época colonial”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. BAC, mis en ligne le 14 février 2005, référence du 29 septembre 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document597.html>>. Conferir também: *Idem*. “Antropologia diacrônica. Dinámicas culturales, procesos históricos, y poder político”. In: BOCCARA, Guillaume & GALINDO, S. (eds.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco, Ed. Universidad de La Frontera-Instituto de Estudios Indígenas, 2000, p. 11-59.

<sup>38</sup> Destacamos alguns dos principais estudos sobre as reestruturações das vivências indígenas nos processos de conquista e aldeamento: OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*, n. 4(1), 1998; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora Arquivo Nacional, 2003; SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c.1823*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. 2003; SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório Pombalino*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2003; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2005; GARCIA, Elisa Frühaufer. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006;

<sup>39</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)”. *Memoria Americana* 16 (1) - Año 2008: 19-40.

emprego destas genéricas designações no cotidiano e empreendimentos coloniais.

As definições das mais diferentes nações e classificações de índios aliados, inseridos no mundo colonial, e bárbaros conformaram uma determinada identidade e papel social. Todavia, a legislação indigenista na América Portuguesa oscilou na distinção dos índios aliados, cristãos, aldeados e dos que habitavam as brenhas dos sertões, embora as duas identificações fossem sobrepostas quando se discutiu o quesito “liberdade dos índios”.<sup>40</sup> (Perrone-Moisés, 1992:117). Segundo Márcia Amantino, as alianças dos portugueses com os Tupi ou mesmo do uso da língua Tupi-Guarani, apropriação de determinados valores para os procedimentos de conquista, desencadeou uma contradição com os nativos que habitavam nos sertões, designados por Tapuias, portanto, considerados mais bárbaros do que os aliados.<sup>41</sup> Os portugueses compreenderam as animosidades entre os diferentes agrupamentos indígenas, articulando embates e guerras entre os mesmos. As oposições construídas pela realidade colonial entre os Tupi e Tapuia legitimaram as guerras coloniais contra os índios dos sertões, incentivando o seu extermínio e escravização, pois estes representavam inimigos.

Nos procedimentos de definição dos aliados e inimigos nos processos de colonização, os índios dos sertões do rio Doce, designados genericamente por Botocudo, sofreram uma perseguição implacável. As justificativas ideológicas para as expedições de conquista e ataque ofensivo a população indígena relacionava-se especialmente com a construção discursiva da resistência imposta ao processo colonizador e a catequese, seu caráter bélico e bravo, assim como a antropofagia. O uso de adereços auriculares e labiais também foi empregado pelos conquistadores na construção de uma imagem animalésca e depreciativa das diferentes comunidades indígenas. Nos oitocentos popularizou-se a noção de que os índios Botocudos estavam associados aos “botoques ou batoque”, “pedrinhas que vários índios e outras nações bárbaras embebem e engastam a flor do corpo por enfeite”.<sup>42</sup> Os índios que não aceitassem ou interferissem nos contatos com a conquista colonial poderiam ser exterminados para uma ocupação mais efetiva das terras

---

<sup>40</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios Livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.117.

<sup>41</sup> Segundo Monteiro, “para os pensadores do Império [do Brasil], os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua”. Os Tapuias foram caracterizados como inimigos, “o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador”. De acordo com Monteiro, esta oposição entre Tupi e Tapuia embasava os elementos de configuração de uma identidade e projeto nacional, mas simbolizava os aspectos da política indigenista encetada nos oitocentos que oscilavam das tensões entre a assimilação da população indígena e a repressão ou extermínio dos que não se enquadrassem nos projetos colonizatórios. MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas, 2001, p. 171-173.

<sup>42</sup> MOARES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza* - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1789, p. 295.

sertanejas.

A declaração de “guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos”, pela carta régia de 13 de maio de 1808, permitiu execução dos índios que se tornassem obstáculos à colonização. Neste intento, ordenou-se a distribuição de destacamentos por todo o território por estes habitados. Decretou-se uma “*Guerra Justa*” ao gentio – com a militarização da região – e por aldeamentos compulsórios aos índios circunscritos nas raias de ação dos postos de milícias. Os índios que resistissem e não se subjugassem à ordem colonial poderiam ser exterminados ou escravizados.<sup>43</sup> Entre 1800 a 1014 foram construídas 61 bases militares ao longo dos rios Doce, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Jucuruçu e seus afluentes.<sup>44</sup> Implantou-se sete divisões militares entre o rio Doce e Jequitinhonha, composta por 27 quartéis regidos por Guido Marlière. Conforme Maria Hilda Baqueiro Paraíso, a política indigenista, inaugurada com a carta régia de 1808, visava exterminar os opositores aos interesses da sociedade colonial, ansiosa por dominar a região nordeste de Minas Gerais, sul da Bahia e do Espírito Santo. A instituição de novos aldeamentos e a domesticação dos índios eram consideradas maneiras eficazes de promover o desenvolvimento do comércio, implantação da agricultura, colonização de áreas virgens e navegação fluvial.<sup>45</sup>

Os índios genericamente denominados Botocudos sofreram violentas investidas nas práticas de conquista dos sertões do Cuieté e rio Piracicaba ao longo do século XVIII, sendo caracterizados como hostis, antropófagos e “inimigos”. Todavia, as terminologias e conceitos de índios e mestiços, “selvagens” e “civilizados” interagiram e confundiram-se nas sociedades americanas, conforme ressalta Almeida na análise crítica dos escritos e imagens de J. B. Debret. O viajante e artista francês apresentou diferentes percepções das categorias classificatórias aborígenes, mapeando por sua experiência empírica a continuidade e fluidez entre os ditos estados de selvageria e civilização.<sup>46</sup> Para Debret, as inúmeras nações de índios selvagens tornavam-se aliadas aos brancos comportando-se como “civilizados”; por exemplificação, os grupos Coroados foram chamados em sua obra de “tribos selvagens mestiçadas”.<sup>47</sup> Debret avaliou que o amearhar de índios aliados aos projetos de conquista, por meio dos aldeamentos, nas ações bélicas contra os “bravios” promoveu a “hierarquização” de indivíduos; conduzindo-os a uma certa “aristocratização” e compartilhamento de desejos por distinção e privilégios. Segundo o viajante, os índios:

---

<sup>43</sup> Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op.cit.*, 1992, p.133-154.

<sup>44</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo<sup>44</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, v.35, p.75-90., p.81-84.

<sup>45</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”, p.75-90. Conferir os argumentos desta tese em: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos do ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1982, p.135-137.

<sup>46</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.85-106, jan/jun 2009.

<sup>47</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens”, p. 87, 95-96.

Usurpadores aristocráticos, não somente desprezam seus irmãos, que formam as numerosas subdivisões de suas famílias, mas ainda se transformam em seus opressores, daí a razão orgulhosa dos ódios hereditários que motivam as contínuas guerras que ensanguentam as florestas do Brasil.<sup>48</sup>

Estruturando seus argumentos analíticos no “sistema de governo aristocrático”, Debret sinalizou importantes argumentos sobre os indígenas aliados nas investidas coloniais, matizando os anseios por benesses e prestígio com os resquícios de seu cariz guerreiro, fruto dos antigos embates entre diferentes comunidades por espaço territorial. Nesta seção de nossa interpretação, analisamos elementos classificatórios da população e território das conquistas desenroladas nos sertões do rio Piracicaba, tendo como objetivo avaliar as representações estruturadas para a população aldeada e aliada, peças importantes nas investidas militares contra os grupos considerados inimigos.

Os povos indígenas do denominado “tronco linguístico Macro-Jê” foram os que povoaram os sertões intermediados pelo rio Pomba e Doce, sendo caracterizados por agrupamentos que em certa medida cultivavam mandioca e milho, mas em período anterior essas populações passaram por um longo nomadismo, praticando a caça, pesca e coletas. No aldeamento da Igreja de São Manoel do Rio Pomba estavam concentrados indígenas da nação Croato, Cropó, Bocayû e alguns índios Guarulhos (egressos das aldeias da Capitania do Rio de Janeiro). A população indígena que confluía nas povoações coloniais instaladas nos sertões de Rio Pomba era expressiva. Nos assentamentos de batismos da Freguesia (1767-1793) evidenciamos a presença de 1033 indivíduos, o que corresponde a 55% da população batizada na Freguesia. Destarte, os dados dos registros de batismos são poucos para caracterizarmos as nações reunidas no aldeamento, pois são muito lacunares na descrição dos genitores dos batizados (cerca de 430 assentos, 41,6%). Aproximadamente 139 (13,6%) dos registros não possuíam qualquer referência ao etnônimo dos unguídos. Devemos ponderar as dificuldades do mundo colonial em classificar as populações indígenas, assim como observar que muitos destes batizados possuíam pais incógnitos, pois eram filhos naturais, podendo ser descendentes de homens livres brancos ou de indivíduos de outras qualidades. Para quantificar as nações dos batizados, empregamos as descrições contidas nos registros sacramentais para designar a sua filiação, verificando a presença de 228 indivíduos designados por Cropó (22,07%) e 625 por Coroado (60,5%). Com base nos assentos de batismo da Freguesia de Rio Pomba, avaliamos que 2,3% dos batizados eram filhos de pais de diferentes etnônimos.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas Sérgio Milliet. 2ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1978, v.I, p.12.

<sup>49</sup> Na documentação estudada, observamos a constante inserção de crianças e adultos na comunidade paroquial. Avaliamos certo equilíbrio entre índios do sexo feminino e masculino no aldeamento: foram batizados 532 homens (51,50%) e 498 mulheres (48,21%). A concentração de índios Cropós era expressiva nos anos iniciais da instalação da Freguesia (1767), declinando na década de 1780. A população designada pelo etnônimo Cropó era localizada nas aldeias próximas a Igreja de São Manoel. Verificamos um expressivo número de adultos batizados nos anos de 1772 a 1781 (414 indivíduos). As investidas nos vales do Rio Xopotó Novo ou dos Coroados e no Rio Turvo proporcionaram grande entrada de indivíduos da nação Croato ao aldeamento; dos anos de 1782-1793 foram batizados 349 indivíduos. PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais(1767-*



Os diferentes grupos reunidos em um aldeamento vivenciavam inúmeros conflitos internos, especialmente os relacionados com a demarcação dos espaços de influência das chefias, na distribuição de gêneros e recursos materiais para a comunidade paroquial que se estruturava. A identificação dos índios como aldeados e aliados foi efetuada no transcorrer do contato destes indivíduos com as outras “qualidades” do aldeamento – brancos, negros e pardos, livres e/ou escravos e na oposição destes às comunidades não inseridas no mundo colonial. De acordo com nossos dados, os índios Bocayû e Guarulho representavam uma pequena parcela da população batizada. Possivelmente os Guarulho eram provenientes de aldeamentos do Rio de Janeiro nas proximidades do Rio Paraíba.<sup>50</sup> Os índios Cropó catecúmenos auxiliaram o vigário Manoel de Jesus Maria resgatando-o de um sequestro efetuado pelos índios Bocayûs, embriagados com o consumo de bebida fermentada de milho.<sup>51</sup> Este fator talvez explique uma pequena parcela de índios Bocayûs na população batizada na freguesia de Rio Pomba. O aldeamento também recebeu poucos índios designados por Puri, pois eram temidos pelos colonizadores e combatidos em expedições pelos Coroado e Coropó. Durante todos os processos de colonização dos sertões do rio Pomba e Doce foi muito corriqueiro o recrutamento de “índios mansos” das nações Croatos e Cropós para ataque às populações de Puris e Botocudos.<sup>52</sup>

Os indivíduos da aldeia do capitão Leandro Francisco, uma liderança Croato do aldeamento de Rio Pomba, agregados nas unidades produtivas da família Pires Farinho, foram empregados nas expedições encampadas nos sertões do rio Piracicaba. Esta observação pode ser aferida com o batismo de Manoel, designado como “adulto Croato, irmão do chamado Leandro Francisco, filho de pais gentios morador no Xopotó, braço direito desta Pomba”. O irmão do Principal dos Croato foi batizado na matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica, tendo como padrinho o capitão da Conquista do Cuieté, Alexandre da Silva Guimarães e Dona Guidas de Souza, casada com Manoel da Costa Pacheco. Este laço de compadrio demonstra que o irmão de Leandro Francisco envolveu-se nas expedições coloniais de conquista na redução do Cuieté.<sup>53</sup> O vigário de Rio Pomba, padre Manoel de Jesus Maria, considerava os índios Cropós e Croatos “a melhor guarda das Minas” contra as “nações ferozes dos Puris e Botocudos”. O sacerdote afirmou que era necessário estimular a “navegação, comércio e extração dos gêneros supérfluos pelos rios da Pomba que se une com a Paraíba do Sul e deságuam no mar oceânico”. Para o pároco, a navegação e comércio entre o rio Pomba e o Paraíba abririam um novo canal de riquezas para benefício das Minas, servindo de barreira para o extravio dos direitos régios, funcionando como um registro ou destacamento. Em seu entender, os índios seriam os “melhores soldados e marinheiros para navegação e defesa dos rios” e que poderiam empregar sua “aptidão natural [...] para pesca e navegação”.<sup>54</sup> Os conflitos e hostilidades travados com os colonizadores se intensificaram com a possibilidade de exploração de novos veios auríferos, aproveitamento de

---

1813). Belo Horizonte: Argumentvm, 2010, p. 71-73.

<sup>50</sup> BN. CAM.02,008; Objeto digital: cart512339.

<sup>51</sup> APM. CC. Cx.: 87, Pl.: 20251, R.: 527.

<sup>52</sup> RAPM. V.X, 1905: 624 e APM. CC, Cx.: 104, Pl.:20523, R.: 532.

<sup>53</sup> AEPSMRP, L.:01: 13 - 5/12/1771.

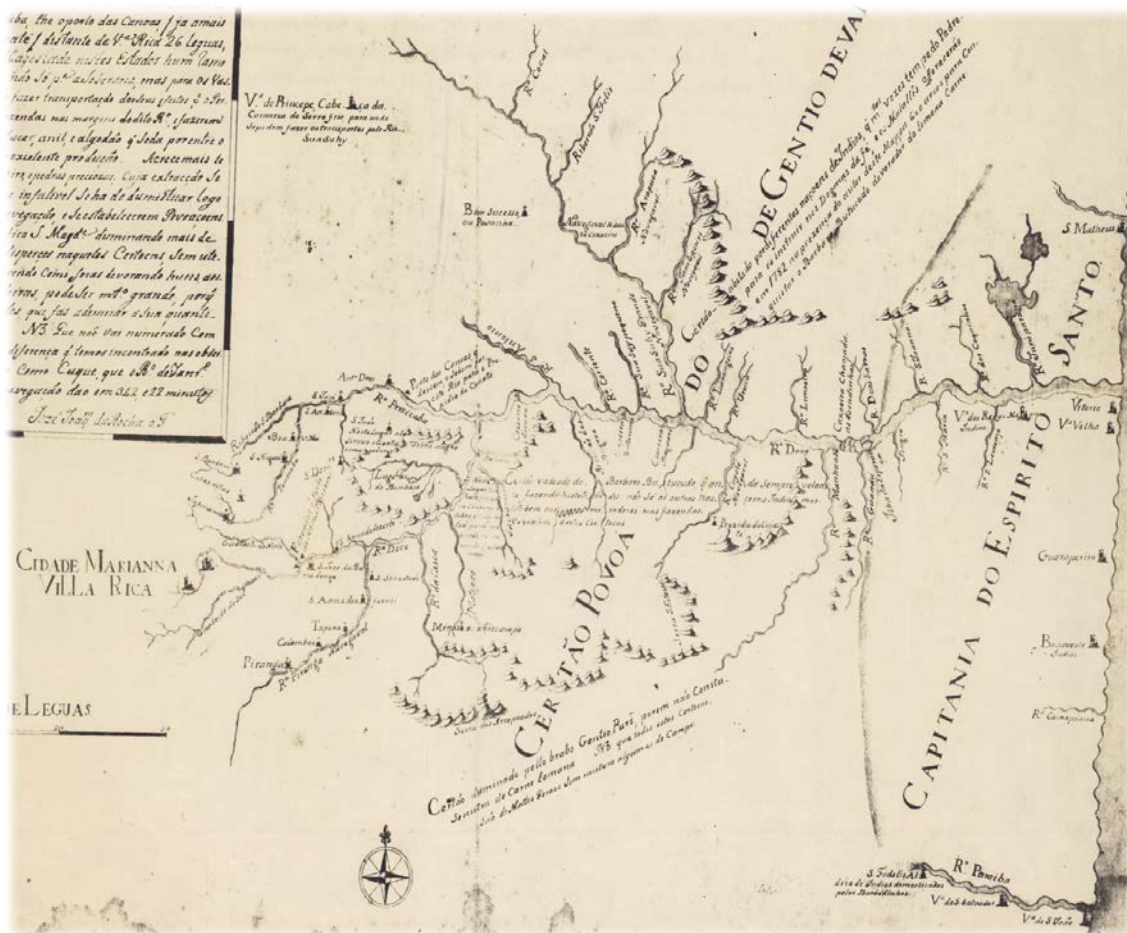
<sup>54</sup> AHU. Cx.: 149, Doc.: 62.

madeiras e a necessidade de produção de gêneros na barra do rio Pomba.

### **Considerações finais:**

Por conseguinte, incorremos em algumas dificuldades ao estudarmos os embates nas fronteiras coloniais e no estabelecimento de classificações étnicas e sociais para as populações nativas, uma vez que as fontes documentais se referem a esses elementos de maneira pontual, contando especialmente a saga dos colonizadores nas conquistas. Nos limites de nossos estudos, as principais reflexões e apontamentos incidiram na percepção das relações entre culturas e apropriação de seus significados na estruturação e conformação de uma região de fronteira, tendo como diretriz a análise das experiências partilhadas dos diferentes grupos da comunidade local. Em nosso entender, os movimentos de concessões de sesmarias e investidas de conquista nos permitem esboçar um desenho dos interesses dos conquistadores e das ações coloniais de conquista, na medida em que os avanços de concessões de títulos de propriedades estiveram consorciados às investidas e programas políticos empreendidas pelo governo da Capitania para expansão e conhecimento territorial das fronteiras da Comarca de Vila Rica. Ao mapear em nossos argumentos as tentativas de caracterização e classificação das diferentes populações autóctones, os movimentos e avanços das conquistas de terras, podemos verificar os projetos do Estado de enquadramento, anexação e identificação de uma dada região. Ademais, o controle da população indígena garantia margens de segurança às populações estabelecidas nos centros administrativos de Vila Rica e Mariana. As investidas militares, destribalização e configuração de aldeamentos promoviam o alargar dos espaços aproveitáveis para possíveis descobertos auríferos e práticas agropecuárias, assim como o estabelecimento de uma população livre e pobre; portanto, garantiam uma exploração racional dos sertões.

**Mapa I:  
Planta do Rio Doce (1798)**



**Fonte:** ROCHA, José Joaquim da. *Planta do Rio Doce*: Vila Rica a 13 de maio de 1798. Data: 1798. APM. SI 007 (05).

**Fontes e bibliografia:**

**Documentos manuscritos:**

**Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba**

AEPSMRP. Livro 01 e 02, (1767-1793).

**Arquivo Histórico Ultramarino:**

Carta de Manuel de Jesus Maria, vigário dos índios cropos e croatos, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, expondo sobre o prejuízo para os índios na concessão de sesmarias pelo governador das Minas. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 149, Doc.: 62, (1799).

Carta de D. Rodrigo José de Menezes, informando a Martinho de Melo e Castro sobre a jornada que fez por diversas localidades de sua jurisdição. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 117, Doc.: 87, (1781).

**Arquivo Histórico da Câmara de Mariana:**

AHCMM. Livro 573, p. 150-150v.

**Arquivo Nacional:**

AN. Créditos de Dízimos do ano de 1784 da Freguesia do Cuieté. Rolo 47, Cx.: 46, Códice 0678, Fotograma 0533.

**Arquivo Público Mineiro:**

Carta de Antônio de Abreu Lobato sobre a criação de freguesia de Mártir São Manuel de Jesus Maria. APM. CC. Cx.: 54, Pl.: 30437, R.: 517.

Carta de João da Silva Tavares sobre as canoas que desceram para Cuité e envio de notícias. APM. CC. Cx.: 147, Pl.: 21386, R.:544. (1780)

Carta de João da Silva Tavares sobre conquista de índios em Santo Antônio do Bom Sucesso. APM. CC - Cx.: 147, Pl.: 21391, R.:544 A. (1781)

Carta de João da Silva Tavares sobre o comportamento dos índios. APM, CC. Cx.: 32, Pl.: 10640, R.:510. (1781)

Carta de João da Silva Tavares sobre o envio de escravos presos e libertos para as obras da estrada do Cuité e providências sobre a fuga de alguns deles. APM. CC. Cx.:147, Pl.: 21382, R.:544 A. (1782).

Carta de João da Silva Tavares sobre o relatório do estado da cachoeira Alegre e Escura. APM. CC. Cx.: 48, Pl.: 30311, R.:515. (1775)

Carta de José Pereira Fonseca sobre vadios e distúrbios no distrito de São Miguel. APM. CC. Cx.: 93, Pl.: 20350, R.:529. (1785).

Carta de José Pereira da Fonseca sobre o envio de lista dos homens remetidos a Conquista dos Arrepiados. APM. CC. Cx. 156. Pl.: 21565. R.: 547. (1784)

Carta de José Rodrigues Silva sobre o ataque de índios botocudos a ponte do rio Doce. APM. CC. Cx. 34, Pl.: 30038, R.: 511. (1784)

Lista das atividades de Guido Tomás Marlière entre 1813 e 1822. APM. CC. Cx.:104, Pl.: 20523, R.: 532.

Requerimento do padre Manuel de Jesus Maria sobre a concessão de sesmaria na freguesia do São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe em virtude da realização de expedições nos sertões e catequese dos índios Coropó e Coroatos. APM. CC. Cx.: 87, Pl.: 20251, R.:527.

**Coleção Cartográfica (APM):**

APM.076. (1775)

APM.SI 007 (05).

**Biblioteca Nacional:**

Seção de Documentação cartográfica. "Cartas topographicas da capitania do Rio de Janeiro: mandadas tirar pelo Illmo. e Exmo. Sr. Conde da Cunha Capitam general e Vice-Rey do Estado do Brazil" (1767). Cartografia CAM.02,008; Objeto digital: cart512339 (O documento é composto por 15 cartas desenhadas de tinta nanquim).

**Fontes Impressas:**

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Lisboa; Oficina de Pascoal da Sylva, 1713.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução e notas Sérgio Milliet. 2ª edição, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1978, v.I.

*Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. (Obra digitalizada e disposta em CD.)

MOARES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza* -

recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1789.

RAPM. Ano I, fasc. 04. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1896.

RAPM. Ano XII. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

### Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)”. *Memoria Americana* 16 (1) - Año 2008: 19-40.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.85-106, jan/jun 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora Arquivo Nacional, 2003.

AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: Os Moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Itatiaia: Belo Horizonte, 1995.

BOCCARA, Guillaume. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 1 - 2001, mis en ligne le 8 février 2005, référence du 28 septembre 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document426.html>>.

BOCCARA, Guillaume. “Antropologia diacrônica. Dinâmicas culturais, processos históricos, y poder político”. In: BOCCARA, Guillaume & GALINDO, S. (eds.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco, Ed. Universidad de La Frontera-Instituto de Estudios Indígenas, 2000, p. 11-59.

BOCCARA, Guillaume. “El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujecion en la frontera sur de Chile en la época colonial”. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. BAC, mis en ligne le 14 février 2005, référence du 29 septembre 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document597.html>>.

BOCCARA, Guillaume. “Rethinking the Margins/Thinking from the Margins: Culture, Power, and Place on the Frontiers of the New World”. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*. n. 10, 2003, p. 72.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia – IGC-UFMG, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2005.

COSTA, A. G. (Org.); BUENO, B. P. S. (Org.); SANTOS, M. M. D. (Org.); GUEDES, M. J. (Org.). *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. 1ª.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, Antônio Gilberto *et al.* *Cartografia da conquista das Minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica Campos (coord.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 155-187. jul.- dez. 2009.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. “Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História”. In: AGUIAR, Odílio Alves (Org.). *Olhares Contemporâneos – Cenas do mundo em discussão na Universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas, 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*, n. 4(1), 1998.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo<sup>1</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, v.35, p.75-90.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”, p.75-90. Conferir os argumentos desta tese em: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos do ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1982.

PAIVA, Adriano Toledo Paiva. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios Livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. 2003.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c.1823*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório Pombalino*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2003.